

REQUERIMENTO

Considerando que a directiva nº 91/676/CEE tem o seu âmbito de aplicação centrado na protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.

Considerando ainda de acordo com esta directiva e com o Decreto Lei nº 235/97 de 3 de Setembro entende-se por eutrofização: “o enriquecimento das águas em compostos de azoto que, provocando uma aceleração do crescimento das algas e das plantas superiores, ocasiona uma perturbação indesejável do equilíbrio dos organismos presentes na água e da qualidade das águas em causa”.

Considerando que o Anexo I do decreto Lei nº 235/97 de 3 de Setembro estabelece como critérios de identificação das águas poluídas por nitratos:

“1- As águas poluídas e as águas em risco de serem poluídas por nitratos de origem agrícola devem ser identificadas mediante a aplicação, entre outros, dos seguintes critérios:

- a) Águas doces superficiais utilizadas ou destinadas à produção de água para consumo humano que contenham ou apresentem risco de vir a conter uma concentração de nitratos superior a 50mg/L, se não forem tomadas as medidas previstas no artigo 7º;
- b) Águas subterrâneas que contenham ou apresentem risco de conter uma concentração de nitratos superior a 50 mg/l, se não forem tomadas as medidas previstas no artigo 7º;
- c) Lagoas, outras massas de água doce, estuários e águas costeiras que se revelem eutróficos ou se possam tornar eutróficos a curto prazo, se não forem tomadas as medidas previstas no artigo 7º.”

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis venho requerer a seguinte informação referente às áreas classificadas nos Açores no âmbito da portaria 258/2003 de 19 de Março:

- a) Os resultados das análises feitas às lagoas incluídas nesta lista com identificação de valores, datas e entidades responsáveis;
- b) Qual a compatibilidade da metodologia utilizada nessas análises com a exigida pela legislação enquadradora;
- c) Listagem das concentrações de nitratos de origem agrícola encontrada nas lagoas identificadas.
- d) Cópia do dossier técnico que sustentou tal medida regulamentadora.

30 de Abril de 2004

O Deputado Regional,

Fernando Lopes